

Um conselho para proteger o Plano

DF - Brasília

RICARDO MARQUES/CEDOC/07.11.2002

**NOVO ÓRGÃO TERÁ
MAIS PODERES PARA
IMPEDIR AGRESSÕES
À ÁREA TOMBADA DE
BRASÍLIA, PODENDO
ATÉ VETAR PROJETOS**

João Pitella Junior

O dia primeiro de janeiro vai começar a funcionar o Conselho de Gestão da Área Preservada, cuja criação foi anunciada, na última quarta-feira, pelo governador Joaquim Roriz (PMDB).

Composta por representantes de toda a sociedade, a nova estrutura vai substituir o atual Conselho Técnico de Preservação, que, por ter poderes apenas consultivos – era um órgão de aconselhamento ao governador –, jamais conseguiu impedir os abusos contra o tombamento do Plano Piloto.

A principal diferença entre os dois organismos é que o futuro Conselho terá poder de voto sobre todas as iniciativas que possam ferir o tombamento na área preservada do Plano Piloto, inclusive os polêmicos projetos de lei de mudança de destinação de uso do solo.

Por isso mesmo, a novidade vem recebendo elogios de entidades de defesa do meio ambiente e da área urbanística, e também críticas de alguns distritais.

O deputado José Edmar Cordeiro (PMDB), por exemplo, não concorda com a idéia. "Os parlamentares não podem sofrer restrições ao exercício do seu mandato", argumenta ele.

Na avaliação de Edmar, os governos em geral, por serem formados essencialmente por técnicos, nem sempre estão suficientemente próximos da comunidade para entenderem as aspirações do povo do DF, principalmente no que diz respeito à moradia.

"Quando os deputados apresentam um projeto ligado à questão urbana, é porque eles ouviram antes as reivindicações da sociedade. Portanto, o Legislativo é o fórum ideal para esse tipo de

Atribuições do Conselho

- Substituir, com mais poderes, o atual Conselho Técnico de Preservação (que será extinto)
- Propor e determinar soluções para todos os problemas que ferem o tombamento do Plano Piloto (como os outdoors nas fachadas de prédios, o comércio ao longo do Eixo Monumental e as invasões de áreas por estabelecimentos comerciais)
- Emitir pareceres – com poder de veto – sobre todos os projetos de lei relacionados ao uso do solo no Plano Piloto
- Impedir mudanças de destinação de terrenos na área tombada
- Esclarecer dúvidas da população sobre as normas do tombamento
- Assessorar o governador do DF em todas as questões relativas ao uso do solo no Plano Piloto
- Receber e encaminhar denúncias sobre casos de desrespeito ao tombamento
- Discutir, com a sociedade, formas de garantir a preservação das áreas tombadas sem atrapalhar o desenvolvimento econômico

Quem vai participar

Órgãos federais

- Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama)
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência

Órgãos locais

- Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea)
- Secretaria do Meio Ambiente
- Terracap
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Turismo
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Procuradoria Geral do DF
- Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo)
- Delegacia do Meio Ambiente (Dema)

Sociedade em geral

- Associações de Moradores e Conselhos Comunitários
- Federação das Indústrias de Brasília (Fibra)
- Federação do Comércio do DF (Fecomércio)

discussão, e não o governo", ressalta ele.

A secretaria de Habitação do GDF, Ivelise Longhi (também filiada ao PMDB e suplente de distrital), tem uma visão diametralmente oposta à de José Edmar.

Uma das autoras da idéia de criar o Conselho de Gestão, ela afirma que os deputados sequer deveriam apresentar projetos relativos ao uso do solo.

"Nós vamos pedir, a eles, que não toquem mais nessa

questão. E temos o total apoio do governador Roriz nesse sentido", informa a secretária de Habitação.

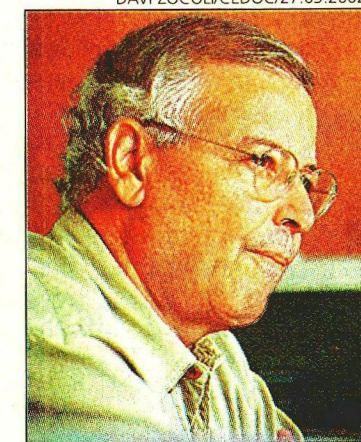
É o GDF, segundo Ivelise, que tem a responsabilidade de fazer estudos técnicos sobre a viabilidade, ou não, das mudanças do uso de solo. "Portanto, é só o governo que pode ser cobrado pelas consequências dessas alterações", argumenta. O assunto está sendo discutido, também, pela assessoria jurídica do GDF.



O PLANO PILOTO, que é tombado, terá a proteção do Conselho, que funcionará em 2003

Iniciativa teve boa acolhida

DAVI ZOCOLI/CEDOC/27.03.2002



PENNA defende a proposta e quer sociedade no Conselho

Entre representantes da comunidade e especialistas em preservação urbana, a criação do Conselho foi muito bem recebida. O pioneiro Ernesto Silva, um das mais respeitadas personalidades de Brasília, aplaude a idéia. "Quero louvar essa iniciativa, pois o atual Conselho, que está sendo extinto, era apenas consultivo e jamais foi consultado para nada", afirma.

Segundo ressalta ele, a nova estrutura, para dar certo, tem de ser composta por pessoas com profundo conhecimento técnico de Brasília e precisa ter poder de voto sobre os projetos da Câmara Legislativa. "Os integrantes do Conselho não devem ser ligados a políticos, ao governo e ao mercado imobiliário", adverte.

Na avaliação de Ernesto Silva, o Conselho poderá reverter os atos de desrespeito ao tombamento e evitar problemas futuros.

Entre as principais ameaças à preservação do Plano Piloto, ele cita o mau uso das áreas vizinhas às Escolas-Parques (que estão sendo tomadas por escolas particulares), o chamado "sétimo andar (cobertura) nos prédios resi-

denciais e a proliferação de Igrejas em locais indevidos.

O líder comunitário Inácio Loiola, ex-presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, também gostou da novidade. "Essa medida vem em boa hora e merece um voto de confiança, especialmente porque o futuro Conselho terá poder deliberativo e autonomia para vetar projetos", analisa.

O atual Conselho, segundo Loiola, é composto por pessoas bem intencionadas, mas acabou se tornando um órgão "meramente decorativo e inócuo".

De acordo com ele, o que está em jogo não é a preser-

vação física de Brasília, e sim a preservação moral. Isso porque, conforme lembra, houve muitas notícias recentes, na imprensa nacional, sobre o mau uso dos espaços urbanos da capital.

"Como Roriz é um político habilidoso, resolveu chamar a sociedade para discutir as soluções, pois vinha recebendo muitas críticas", acrescenta. "Esse é um assunto que precisa ser debatido dentro do DF, para evitar desgastes externos para a nossa cidade", completa.

O empresário Ricardo Penna, que já foi coordenador do Conselho Técnico de Preservação e tem mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Cornell, dos EUA, também ficou satisfeito com a iniciativa.

"Agora, a sociedade tem em suas mãos um instrumento para definir como será o futuro de Brasília", acredita ele, que é neto do pioneiro Israel Pinheiro e mora na cidade desde 1958. Segundo Penna, está na hora de os críticos terem coragem de participar do fórum de discussões. "É melhor participar agora do que só ficar reclamando depois", avisa.